



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

RELATÓRIO ANUAL

ANO DE 2018

A - Introdução

O presente relatório anual é elaborado em consonância com o estipulado pela Ordem de Serviço n.º 8/2014, de 13 de Novembro de 2014, da Senhora Procuradora Geral da República.

A Comarca de Bragança, na nova organização judiciária aprovada pela Lei 62/2013, de 26 de agosto, pertence ao Tribunal da Relação de Guimarães, continuando no Distrito Judicial do Porto.

A Comarca de Bragança abarca a área do antigo Distrito Administrativo do mesmo nome o qual continha a área dos antigos Círculos Judiciais de Bragança e de Mirandela.

É constituída por 2 Juízos Centrais e 7 Juízos locais, a que acrescem 4 Juízos de Proximidade.

São eles os Juízos Centrais do Trabalho e Cível e Criminal, ambos sediados em Bragança, e os Juízos locais de Bragança, este dividido em cível e criminal, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Flor, e o Juízos de Proximidade de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Vimioso e Vinhais.

O Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro, que integra o Juízo de Proximidade de Vimioso iniciou funções em Janeiro de 2017, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de Dezembro.

Durante o ano de 2018, os Juízos de Competência Genérica de Miranda do Douro e de Mogadouro foram agregados, com a colocação de apenas um Procurador-Adjunto, o que é manifestamente pouco para o volume processual que é apresentado, designadamente para o Ministério Público, tanto mais que se realizam julgamentos e outras diligências em três tribunais diferentes, tantos quantos os concelhos abrangidos.

A realidade social da Comarca de Bragança é marcada de forma muito particular pela sua situação fronteiriça, pela emigração e pela relativa carência de meios e estruturas que respondam com eficácia às necessidades básicas da vida social, com a forte incidência de comportamentos aditivos associados ao



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

consumo do álcool, a determinar a intervenção do Ministério Público nomeadamente em casos de violência doméstica e promoção e protecção de menores.

Durante este ano judicial de 2018, apenas se realizaram pequenas obras de conservação em alguns edifícios onde se encontram instalados serviços de justiça.

B - Recursos

1- Organização geral das Procuradorias dos Juízos locais e principais decisões de alteração ao modelo inicial.

Na comarca de Bragança não existe DIAP.

Tal como preconizado pela PGR, manteve-se uma secção especializada em violência doméstica, abrangendo os municípios de Bragança e Vinhais.

Tal secção de inquéritos especializada, recebe também os inquéritos relativos aos crimes de natureza sexual e de maus-tratos, apenas por uma razão de distribuição tão equitativa quanto possível, dos inquéritos pelos magistrados existentes.

Dado que, em virtude da criação da Secção Distrital do DIAP do Porto, deixou de existir a Secção que tinha distribuídos os inquéritos relativos a crimes de natureza económico-financeira e outros de maior gravidade, os crimes de natureza financeira entrados em Bragança, e que não são remetidos ao DIAP Distrital, são distribuídos ao Procurador da República colocado no Juízo Central Cível e Criminal e Diap.

Os dois Juízos Centrais previstos, do Trabalho e Criminal e Cível, estão servidos por um Procurador da República cada, tendo ambos competência territorial em toda a área da Comarca de Bragança.

O Juízos Locais Criminal e Cível de Bragança abrangem a áreas dos municípios de Bragança e Vinhais.

O Juízo de Competência Genérica de Macedo de Cavaleiros abrange a área dos municípios de Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros.

O Juízo de Competência Genérica de Vila Flor abrange a área dos municípios de Carrazeda de Ansiães e de Vila Flor.

O novo Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro abrange a área dos municípios de Miranda do Douro e Vimioso.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

O Juízo de Competência Genérica de Torre de Moncorvo abrange a área dos municípios de Freixo de Espada à Cinta e de Torre de Moncorvo.

O Juízo de Competência Genérica de Mirandela abrange a área do município de Mirandela.

O Juízo de Competência Genérica de Mogadouro abrange a área do município de Mogadouro.

Apenas o município de Freixo de Espada à Cinta não tem serviços judiciais.

Durante o ano de 2018, os Juízos de Competência Genérica de Miranda do Douro e de Mogadouro, passaram a estar agregados, para efeitos de colocação de Magistrados Judiciais e do Ministério público.

2 – Instalações e equipamentos: adequação/inadequação

Durante o ano de 2018, apenas se verificaram obras e arranjos de pequena monta, para além da colocação de portões automáticos nos acessos ao parque de estacionamento do Palácio de Justiça de Bragança.

Foi elaborado e remetido ao IGFEJ um relatório completo sobre o estado de todos os edifícios onde se encontram instalados serviços do Tribunal Judicial de Bragança, e bem assim das obras necessárias nomeadamente das mais urgentes.

Continua a verificar-se a falta de acessibilidades, nas instalações de Mogadouro, Torre de Moncorvo, Miranda do Douro, Vimioso, Vinhais e Carrazeda de Ansiães, já que não têm rampa de acesso nem elevador.

Quanto a sistemas de intrusão e alarmes, as instalações da Instância Central do Trabalho, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega de Fé, Vimioso e Vinhais, não dispõem desse equipamento. O edifício do Palácio de Justiça Miranda do Douro dispõe do equipamento de intrusão, mas continua inoperacional.

Verifica-se, a nível de climatização, uma falha generalizada em grande parte da comarca, pois apenas Macedo de Cavaleiros, Mirandela, e os três edifícios de Bragança, têm sistema de ar condicionado, a funcionar regularmente.

Relativamente ao mobiliário existente, verificou-se a colocação de mobiliário novo, em vários juízos, pelo que neste momento a única falta que se nota, tem a ver com os armários para a arrumação dos processos.

Quanto a outro tipo de equipamento, designadamente computadores, impressoras e fotocopiadoras/digitalizadoras, os serviços estão em regra, bem servidos para as necessidades existentes.

Já quanto ao equipamento de videoconferência todas as salas de audiência de julgamento da Comarca encontram-se equipadas, sendo que em Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros existe também



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

videoconferência disponível, fora das salas de audiência. No entanto alguns dos equipamentos vêm denotando muitas falhas o que acaba por trazer alguns transtornos. Não existem equipamentos de gravação vídeo.

Durante o ano de 2018 foi entregue um veículo automóvel novo sendo que o veículo usado foi devolvido. Tal veículo novo, tipo carrinha, é usado essencialmente no transporte dos processos de e para o arquivo central da Comarca de Bragança, sito em Vinhais e ainda para transportar os magistrados do Juízo Local Criminal de Bragança para a realização dos julgamentos em Vinhais.

Apesar disso continua a verificar-se a necessidade de se socorrer dos veículos dos magistrados para as deslocações necessárias dentro da comarca e fora dela, quando autorizadas, já que o veículo apenas se encontra em Bragança e não satisfaz todas as necessidades sentidas.

3 – Magistrados do Ministério Público.

O quadro de magistrados do Ministério Público para a Comarca de Bragança, previsto no D.L. n.º 49/2014, de 27 de Março, e posteriormente alterado, é o seguinte:

Procuradores da República – 2 a 3.

Procuradores-Adjuntos – 11 a 12.

Este quadro de magistrados reflecte o aumento de 1 Procurador-Adjunto, verificado com a criação do Juízo de Competência Genérica de Miranda do Douro em Janeiro de 2017. Porém, esse aumento ainda não teve concretização prática, uma vez que no ano de 2018, a Comarca de Bragança teve sempre um défice de magistrados, agravado ainda mais pelas faltas dadas por alguns magistrados, designadamente por razões ligadas a licenças de gravidez de risco, dado que nem sempre, tais magistradas foram substituídas, de imediato, por magistrados do Quadro Complementar.

No ano de 2018, no seguimento do movimento de magistrados do Ministério Público de Setembro de 2017, a comarca de Bragança sofreu uma diminuição de um quinto dos seus magistrados do Ministério Público, pois perdeu 3 magistrados, passando de 15 para 12.

Por outro lado, entre Março e Setembro de 2018, apenas exerceram funções na Comarca de Bragança, 11 magistrados do Ministério Público, pois só em Setembro é que foi colocada uma Senhora Procuradora-Adjunta do Quadro Complementar do Porto, em Miranda do Douro/Mogadouro. Naquele período de tempo, entre Março e Setembro de 2018, o serviço do Ministério Público dos Juízos de



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

Competência Genérica de Miranda do Douro/ Mogadouro foi assegurado por uma Senhora Procuradora-Adjunta Substituta.

De notar que os Juízos de Competência Genérica de Miranda do Douro e de Mogadouro foram agregados, passando a ter colocados, apenas um juiz e uma procuradora-adjunta.

Assim, durante o ano de 2018 o número de magistrados do Ministério Público na Comarca de Bragança foi de:

- 2 Procuradores da República;
- 9 Procuradores-Adjuntos (8 durante 6 meses);
- 1 Procuradora-Adjunta Substituta.

No ano de 2018, estiveram em funções na comarca de Bragança 4 magistrados do Quadro Complementar da PGD do Porto, 3 a substituir Procuradoras-Adjuntas que se encontravam na situação de licença de gravidez ou de maternidade e 1 Procurador da República, a substituir 1 Procuradora da República colocada no DIAP Distrital do Porto.

Na nossa opinião, a situação de agregação dos Juízos de Competência Genérica de Miranda do Douro e Mogadouro, pelo menos para o Ministério Público, não se revela ajustada, já que vem apresentando um volume processual muito elevado para um lugar de ingresso. Para além disso, o facto de os magistrados terem de se deslocar a três municípios – Miranda do Douro, Mogadouro e Juízo de Proximidade de Vimioso, dificulta ainda mais a tarefa deles.

Aliás, a situação do Ministério Público em Miranda do Douro/Mogadouro, só não se agravou de forma inaceitável, devido às medidas de gestão processuais tomadas, com a afectação de despachos de processos de inquéritos, numa primeira fase a Procuradores-Adjuntos de Bragança e, aquando da colocação a tempo inteiro em Miranda do Douro/Mogadouro da Procuradora-Adjunta Substituta que se encontrava colocada em Bragança para substituir a Procuradora-Adjunta titular ausente por gravidez de risco, e posteriormente, aos Procuradores-Adjuntos de Torre de Moncorvo e de Vila Flor.

Tal como já adiantámos no ano anterior, a nosso ver, a solução que melhor satisfará as necessidades das populações relativamente aos serviços de justiça na Comarca de Bragança, será aquela que passa pela colocação do Juízo de Proximidade de Alfândega da Fé a pertencer ao Juízo de Competência Genérica de Mogadouro.

Dessa forma, retirar-se-á algum trabalho a Macedo de Cavaleiros, que teve um volume processual de inquéritos bastante elevado, superior ao valor máximo de referência processual, e justificará a autonomização de Mogadouro relativamente a Miranda do Douro, que juntamente com Vimioso, vem



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

justificando movimento processual suficiente para o trabalho de um Procurador-Adjunto no início de carreira.

Na verdade, os números de entrada de inquéritos no ano de 2018, e que a seguir se indicam para esses três Juízos de Competência Genérica e dois Juízos de Proximidade, vieram reforçar os fundamentos desta nossa posição.

Assim, no ano de 2017 entraram:

- 651 inquéritos em Macedo de Cavaleiros;
- 499 inquéritos em Miranda do Douro/Vimioso;
- 257 inquéritos em Mogadouro;
- 143 inquéritos em Alfândega da Fé.(que integram o número de 651 de Macedo de Cavaleiros)

No ano de 2018 entraram:

- 725 inquéritos em Macedo de Cavaleiros;
- 453 inquéritos em Miranda do Douro/Vimioso;
- 263 inquéritos em Mogadouro;
- 161 inquéritos em Alfândega da fé. (que integram o número de 725 de Macedo de Cavaleiros)

Daqui resulta que Macedo de Cavaleiros, ficaria com 564 inquéritos ($725-161 = 564$), Mogadouro ficaria com 424 inquéritos ($263+161= 424$) e Miranda do Douro/Vimioso ficaria com 453 inquéritos.

Como Miranda do Douro/Vimioso está agregada com Mogadouro para efeitos de colocação de magistrados, significa que a Procuradora-Adjunta ali colocada recebeu em 2017, 756 inquéritos correspondentes à soma dos inquéritos de Miranda do Douro e Mogadouro, e em 2018, recebeu 716 inquéritos.

Ora, tal movimento processual é superior ao Valor de Referência Processual para os juízos de competência genérica, como são os casos dos juízos de Miranda do Douro e Mogadouro, que só não recebem processos da jurisdição laboral. A acrescer a isso, temos ainda o facto de ali serem colocados magistrados no início das suas carreiras, o que lhes dificulta ainda mais a possibilidade de prestarem um serviço de qualidade, o que acarretará um aumento das pendências, o que já se verifica agora.

Esta nossa posição, teve agora consagração prática uma vez que foi aprovada a desanexação de Alfândega da Fé, de Macedo de Cavaleiros e a sua junção a Mogadouro.

Aliás, diga-se em abono da verdade, que as pendências em Macedo de Cavaleiros se mantiveram a um bom nível, apenas e só porque aí esteve colocado todo o ano de 2018, com excepção do mês de



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

Dezembro, um Procurador-Adjunto do Quadro Complementar muito experiente, e que foi agora promovido a Procurador da República.

Só que com a passagem dos processos de Alfândega da Fé, para Mogadouro, mostra-se necessária a autonomização de Mogadouro de Miranda do Douro e o reforço do Quadro de Magistrados ali colocados.

Por outro lado, a situação em Bragança, apenas com 3 Procuradores Adjuntos colocados, apresenta-se insustentável, pois tal número de magistrados é manifestamente insuficiente para dar resposta capaz ao movimento processual.

Na verdade, uma das Procuradoras-Adjuntas encontra-se colocada no Juízo Local Criminal. Para além disso, tem ainda a seu encargo o despacho de todos os processos de inquérito de violência doméstica e sexuais, que rondam os 100/120. Tem ainda distribuídos os inquéritos tutelares educativos, para além da participação no Conselho Municipal de Segurança de Vinhais.

4 – Funcionários dos serviços do Ministério Público: adequação / inadequação.

O quadro de funcionários previsto para o Ministério Público, na Comarca de Bragança, é o seguinte:

- **Secção de Bragança** – 1 Técnico de Justiça Principal;
 - 3 Técnicos de Justiça Auxiliares;
 - 5 Técnicos de Justiça Adjuntos assim distribuídos:
 - (3 pertencem ao Núcleo de Bragança)
 - (1 pertence ao Juízo Central do Trabalho);
 - (1 pertence ao Juízo de Proximidade de Vinhais)

O Quadro mostra-se preenchido. No entanto, o Técnico de Justiça Principal faltou todo o ano de 2018, e 1 Técnico de Justiça Adjunto e 1 Técnico de Justiça auxiliar, prestam apoio ao Conselho de Gestão da Comarca.

- **Secção de Macedo de Cavaleiros** – 1 Técnico de Justiça Adjunto;
 - 1 Técnico de Justiça Auxiliar.
 - 1 Técnico de Justiça Adjunto, na Secção de Proximidade de Alfândega da Fé.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

O quadro mostra-se preenchido. Neste momento os serviços do Ministério Público de Macedo de Cavaleiros têm ainda aí colocada transitoriamente uma escritã auxiliar. No entanto, durante o ano de 2018, uma Técnica de Justiça Adjunta, faltou por longos períodos.

- Secção de Miranda do Douro – 1 Técnico de Justiça Adjunto;

1 Técnico de Justiça Adjunto no Juízo de Proximidade de Vimioso.

Neste momento apenas está preenchido o lugar de Miranda do Douro. Em Vimioso é uma Escrivã auxiliar que executa o serviço do Ministério Público.

- Secção de Mirandela – 1 Técnico de Justiça Adjunto;

- 1 Técnico de Justiça auxiliar;

Neste momento o quadro encontra-se preenchido.

- Secção de Mogadouro – 1 Técnico de Justiça Adjunto.

O lugar encontra-se preenchido.

- Secção de Torre de Moncorvo – 1 Técnico de Justiça Adjunto;

O lugar encontra-se preenchido.

- Secção de Vila Flor - 1 Técnico de Justiça Adjunto;

- 1 Técnico de Justiça Adjunto, na Secção de Proximidade de Carraceda de Ansiães.

Os lugares encontram-se preenchidos. Neste momento têm, ainda que transitoriamente, o apoio de um técnico de justiça auxiliar que antes estava colocado em Torre de Moncorvo e viu o lugar extinto, embora se encontre a cumprir trabalho da Secção de Processos e outro serviço, designadamente de arquivo.

O quadro de funcionários previsto para o Ministério Público para a Comarca de Bragança, mostra-se, genericamente ajustado às necessidades, embora as faltas prolongadas por questões de saúde, estejam a condicionar muito o trabalho no Núcleo de Bragança.

I) – MAPAS



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

Análise sucinta de Actividade

ÁREA CÍVEL – Mapa Comarca – CV 1

Acções Cíveis (declarativas e especiais) com intervenção principal do Ministério Público									
Espécies		Vindas do ano anterior	Entradas		Total Movimentadas	Findas			Pendentes para o ano seguinte
			Propostas pelo MP	Contestadas pelo MP		Procedentes	Improcedentes	Total	
Total da Comarca de Bragança		39	34	0	73	39	2	41	32
Contencioso patrimonial do Estado		0	0	0	0	0	0	0	0
Defesa de incapazes e ausentes	Interdições	25	26	0	51	24	2	26	25
	Inabilitações	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	2	1	0	3	3	0	3	0
Ações DL 272/2001		5	7	0	12	5	0	5	7
Relativas a interesses difusos	Cláusulas abusivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	3	0	0	3	3	0	3	0
Outras ações		4	0	0	4	4	0	4	0

Secção de Bragança		14	17	0	31	13	3	16	15
Contencioso patrimonial do Estado		0	0	0	0	0	0	0	0
Defesa de incapazes e ausentes	Interdições	14	10	0	24	10	2	12	12
	Inabilitações	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações DL 272/2001		0	7	0	7	3	1	4	3
Relativas a interesses difusos	Cláusulas abusivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras ações		0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros		2	2	0	4	2	0	2	2
Contencioso patrimonial do Estado		0	0	0	0	0	0	0	0
Defesa de incapazes e ausentes	Interdições	0	2	0	2	0	0	0	2
	Inabilitações	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações DL 272/2001		0	0	0	0	0	0	0	0
Relativas a interesses difusos	Cláusulas abusivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras ações		2	0	0	2	2	0	2	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Secção de Mirandela		15	5	0	20	14	0	14	6
Contencioso patrimonial do Estado		0	0	0	0	0	0	0	0
Defesa de incapazes e ausentes	Interdições	6	4	0	10	5	0	5	5
	Inabilitações	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	1	1	0	2	1	0	1	1
Ações DL 272/2001		4	0	0	4	4	0	4	0
Relativas a interesses difusos	Cláusulas abusivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	3	0	0	3	3	0	3	0
Outras ações		1	0	0	1	1	0	1	0

Secção de Mogadouro		2	2	0	4	1	1	2	2
Contencioso patrimonial do Estado		0	0	0	0	0	0	0	0
Defesa de incapazes e ausentes	Interdições	1	2	0	3	1	0	1	2
	Inabilitações	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	1	0	0	1	0	1	1	0
Ações DL 272/2001		0	0	0	0	0	0	0	0
Relativas a interesses difusos	Cláusulas abusivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras ações		0	0	0	0	0	0	0	0

Secção de Torre de Moncorvo		4	1	0	5	3	0	3	2
Contencioso patrimonial do Estado		0	0	0	0	0	0	0	0
Defesa de incapazes e ausentes	Interdições	2	1	0	3	1	0	1	2
	Inabilitações	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações DL 272/2001		1	0	0	1	1	0	1	0
Relativas a interesses difusos	Cláusulas abusivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras ações		1	0	0	1	1	0	1	0

Secção de Vila Flor		2	7	0	9	3	0	3	12
Contencioso patrimonial do Estado		0	0	0	0	0	0	0	0
Defesa de incapazes e ausentes	Interdições	2	7	0	9	3	0	3	6
	Inabilitações	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações DL 272/2001		0	0	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Relativas a interesses difusos	Cláusulas abusivas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outras	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras ações		0	0	0	0	0	0	0	0

Observação: a procedência ou improcedência afere-se pela posição do MP na ação

*** este mapa difere do mapa dos totais trimestrais enviados a essa PGD em virtude do critério usado para recolher os dados nos referidos trimestres não ter sido o adequado.

ÁREA CÍVEL – Mapa Comarca – CV 3

Valores das ações do contencioso patrimonial do Estado instauradas e contestadas pelo MP	
Total da Comarca de Bragança	0,00 €
Secção de Bragança	
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado instauradas pelo MP	0,00 €
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado contestadas pelo MP	0,00 €
Secção de Macedo de Cavaleiros	
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado instauradas pelo MP	0,00 €
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado contestadas pelo MP	0,00 €
Secção de Mirandela	
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado instauradas pelo MP	0,00 €
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado contestadas pelo MP	0,00 €
Secção de Mogadouro	
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado instauradas pelo MP	0,00 €
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado contestadas pelo MP	0,00 €
Secção de Torre de Moncorvo	



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado instauradas pelo MP	0,00 €
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado contestadas pelo MP	0,00 €
Secção de Vila Flor	0 €
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado instauradas pelo MP	0,00 €
Valor das ações do contencioso patrimonial do Estado contestadas pelo MP	0,00 €



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

ÁREA CÍVEL – Mapa Comarca – CV 4

Recursos								
Comarca de Bragança	Interpostos pelo Ministério Público	Respondidos pelo Ministério Público	Julgados					
			Interpostos pelo Ministério Público			Respondidos pelo Ministério Público		
			Providos	Parcialmente providos	Não providos	Providos	Parcialmente providos	Não providos
Total da Comarca	0	2	0	0	0	0	0	0
Secção de Bragança	0	1	0	0	0	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	1	0	0	0	0	0	0
Secção de Mirandela	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Mogadouro	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0	0	0	0	0	0



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

ÁREA CRIMINAL – INQUÉRITOS

Mapa Comarca – CRIM 1

Inquérito											Inquérito											
(1ª Parte)											(2ª Parte)											
Comarca de Bragança	Movimentados				Findos						Comarca de Bragança	Findos (... Continuação)							Pendentes p/o ano seguinte			
	Vindos do ano anterior	Entrados		Total	Acusados							Arquivados				Suspensão provisória (281º CPP)	Outros motivos	Total findos	Há mais de 8 meses	Há 8 meses ou menos	Total pendentes	
					Tribunal coletivo	Tribunal singular		Proc. abrevia- do	Proc. sumari- simo	Total acusado s		Artº 277 CPP		Artº 280 CPP	Total							
		Total	Contra desconhe- chidos			Art.16º-3 CPP	Outros					Total	Contra desconhe- chidos									
Total da Comarca	2 083	4 658	1 706	6 741	45	103	253	20	138	559	Total da Comarca	3248	1527	3	3251	318	423	4551	558	1635	2190	
Secção de Bragança	961	1 948	753	2 909	15	26	78	11	77	207	Secção de Bragança	1368	655	0	1368	90	147	1812	332	765	1097	
Secção de Macedo de Cavaleiros	365	606	196	971	4	13	24	2	21	64	Secção de Macedo de Cavaleiros	436	176	0	436	65	54	619	81	271	352	
Secção de Mirandela	366	781	268	1147	16	41	77	4	14	152	Secção de Mirandela	618	279	0	618	72	36	878	33	238	269	
Secção de Mogadouro	68	238	80	306	5	10	19	0	2	36	Secção de Mogadouro	133	54	1	134	23	35	228	12	66	78	
Secção de Torre de Moncorvo	205	576	231	781	3	4	31	3	13	54	Secção de Torre de Moncorvo	417	220	1	418	27	51	550	78	156	231	
Secção de Vila Flor	118	509	178	627	2	9	24	0	11	46	Secção de Vila Flor	276	143	1	277	41	100	464	22	139	163	



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – CRIM 3

Medidas de coação privativas da liberdade aplicadas em inquérito				
Comarca de Bragança	Prisão preventiva (a)	Obrigação de permanência na habitação (b)		Total (a+b)
		Sem vigilância eletrónica	Com vigilância eletrónica	
Total da Comarca	11	0	3	14
Secção de Bragança	4	0	1	5
Secção de Macedo de Cavaleiros	1	0	0	1
Secção de Mirandela	3	0	0	3
Secção de Mogadouro	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	1	0	0	1
Secção de Vila Flor	2	0	2	4



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – CRIM 6

Resultado das Suspensões Provisórias do Processo

Comarca de Bragança	Inquéritos	Fase preliminar do processo sumário	Total
Total da Comarca	358	140	498
Arquivamento	321	138	459
Acusação	37	2	39
Findo por outros motivos	0	0	0
Secção de Bragança:			
Arquivamento	92	109	201
Acusação	22	1	23
Findo por outros motivos	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros:			
Arquivamento	53	13	66
Acusação	1	1	2
Findo por outros motivos	0	0	0
Secção de Mirandela:			
Arquivamento	79	1	80
Acusação	9	0	9
Findo por outros motivos	0	0	0
Secção de Mogadouro:			
Arquivamento	14	3	17
Acusação	1	0	1
Findo por outros motivos	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo:			
Arquivamento	52	5	57
Acusação	2	0	2
Findo por outros motivos	0	0	0
Secção de Vila Flor:			
Arquivamento	31	7	38
Acusação	2	0	2
Findo por outros motivos	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – CRIM 7

Mediação Penal						
Comarca de Bragança	Transitados	Enviados para mediação	Não consentimento	Não acordo	Acordo	Pendentes
Total da Comarca	0	0	0	0	0	0
Secção de Bragança	0	0	0	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0	0	0	0
Secção de Mirandela	0	0	0	0	0	0
Secção de Mogadouro	0	0	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – CRIM 8

Mediação Penal - Tipologia de crimes		
Comarca de Bragança	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o património
Total da Comarca	0	0
Secção de Bragança	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0
Secção de Mirandela	0	0
Secção de Mogadouro	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0
Secção de Vila Flor	0	0



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

INSTRUÇÃO

Mapa Comarca – CRIM 9

Instrução									Instrução											
(1ª Parte)									(2ª Parte)											
Comarca de Bragança	Movimentados					Findos (continua...)			Comarca de Bragança	Findos (... Continuação)								Pendentes p/o ano seguinte		
	Vindos do ano anterior		Entrados		Total movimen- tados	Pronúncia				Não pronúncia			Suspensão Provisória do Processo			Outros motivos	Total findos	Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistente	Total pendentes
	Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistent	Instrução requerida pelo arguido	Instruçã o requerid a pelo		Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistente	Total		Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistente	Total	Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistent	Total					
Total da Comarca	20	9	34	22	85	25	4	29	Total da Comarca	8	10	18	0	0	0	13	60	14	11	25
Secção de Bragança	7	5	10	13	35	9	4	13	Secção de Bragança	4	4	8	0	0	0	7	28	2	5	7
Secção de Macedo de Cavaleiros	1	0	9	0	10	3	0	3	Secção de Macedo de Cavaleiros	0	2	2	0	0	0	1	6	3	1	4
Secção de Mirandela	3	1	6	6	16	5	0	5	Secção de Mirandela	3	1	4	0	0	0	3	12	1	3	4
Secção de Mogadouro	0	2	5	2	9	2	0	2	Secção de Mogadouro	0	2	2	0	0	0	0	4	3	2	5
Secção de Torre de Moncorvo	7	1	2	1	11	3	0	3	Secção de Torre de Moncorvo	1	1	2	0	0	0	4	9	2	0	2
Secção de Vila Flor	2	0	2	0	4	3	0	3	Secção de Vila Flor	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

FASE DE JULGAMENTO

Mapa Comarca – CRIM 10 – Processo Sumário

Processo Sumário								
Comarca de Bragança	Autos de notícia recebidos	Arquivamentos	Suspensões Provisórias	Julgamentos sumários requeridos	Autos remetidos para Inquérito			
					Pelo MP	Pelo Juiz		
						Artº. 390º,1, a) do CPP	Artº. 390º,1, b) do CPP	Artº. 390º,1, c) do CPP
Total da Comarca	279	139	116	110	0	0	0	0
Secção de Bragança	145	110	57	41	0	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	63	13	31	26	0	0	0	0
Secção de Mirandela	21	1	8	21	0	0	0	0
Secção de Mogadouro	12	3	2	3	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	21	5	10	11	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	17	7	8	8	0	0	0	0



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

Mapa Comarca – CRIM 11

Processos Penais na Fase de Julgamento

Comarca de Bragança	Movimentados			Findos					Pendentes p/o ano seguinte
	Vindos do ano anterior	Entrados	Total	Julgados			Outros	Total findos	
				Condenação a)	Absolvição	Total			

TOTAL DA COMARCA

Processo comum	Tribunal de júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal coletivo	65	64	129	51	2	53	7	60	69
	Tribunal singular	357	454	811	308	171	479	106	585	226
Processos especiais	Sumários	3	116	119	110	0	110	5	115	4
	Abreviados	23	25	48	30	0	30	12	42	6
	Sumaríssimos	50	131	181	145	0	145	11	156	25
Totais		498	790	1 288	644	173	817	141	958	330

Secção de Bragança

Processo comum	Tribunal de júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal coletivo	65	61	126	51	2	53	5	58	68
	Tribunal singular	160	167	327	126	78	204	22	226	101
Processos especiais	Sumários	3	45	48	43	0	43	1	44	4
	Abreviados	11	15	26	18	0	18	7	25	1
	Sumaríssimos	20	66	86	73	0	73	1	74	12

Secção de Macedo de Cavaleiros

Processo comum	Tribunal de júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal singular	42	60	102	30	11	41	27	68	34
Processos especiais	Sumários	1	25	26	25	0	25	1	26	0
	Abreviados	1	3	4	1	0	1	0	1	3
	Sumaríssimos	0	22	22	16	0	16	1	17	5

Secção de Mirandela

Processo comum	Tribunal de júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal singular	75	129	204	91	32	123	35	158	46
Processos especiais	Sumários	0	21	21	19	0	19	2	21	0
	Abreviados	8	4	12	8	0	8	2	10	2
	Sumaríssimos	13	17	30	28	0	28	1	29	1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Secção de Mogadouro										
Processo comum	Tribunal de júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal singular	15	24	39	12	6	18	6	24	15
Processos especiais	Sumários	0	3	3	3	0	3	0	3	0
	Abreviados	1	0	1	0	0	0	1	1	0
	Sumaríssimos	3	3	6	3	0	3	1	4	2
Secção de Torre de Moncorvo										
Processo comum	Tribunal de júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal coletivo	0	3	3	0	0	0	2	2	1
	Tribunal singular	46	36	82	35	32	67	2	69	13
Processos especiais	Sumários	1	11	12	11	0	11	1	12	0
	Abreviados	2	2	4	2	0	2	2	4	0
	Sumaríssimos	13	11	24	16	0	16	6	22	2
Secção de Vila Flor										
Processo comum	Tribunal de júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tribunal singular	19	38	57	14	12	26	14	40	17
Processos especiais	Sumários	1	8	9	9	0	9	0	9	0
	Abreviados	1	0	1	1	0	1	0	1	0
	Sumaríssimos	1	12	13	9	0	9	1	10	3



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

RECURSOS PENAIIS

Mapa Comarca – CRIM 12

Recursos								
Comarca de Bragança	Interpostos pelo Ministério Público	Respondidos pelo Ministério Público	Julgados					
			Interpostos pelo Ministério Público			Respondidos pelo Ministério Público		
			Providos	Parcialmente providos	Não providos	Providos	Parcialmente providos	Não providos
Total da Comarca	5	52	0	0	0	4	4	10
Secção de Bragança	2	21	0	0	0	2	3	3
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	4	0	0	0	0	0	0
Secção de Mirandela	0	12	0	0	0	2	1	5
Secção de Mogadouro	1	5	0	0	0	0	0	2
Secção de Torre de Moncorvo	2	7	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	3	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – CRIM 13

Recuperação de Ativos				
Comarca de Bragança	Pedidos de intervenção	Valor dos bens apreendidos ou arrestados	Valor da vantagem patrimonial constante da acusação/liquidação	Valores declarados perdidos a favor do Estado
Total da Comarca	0	0	0	0
Secção de Bragança	0	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0	0
Secção de Mirandela	0	0	0	0
Secção de Mogadouro	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – CRIM 14

**Gabinete de Administração de Bens - GAB
Recuperação de Ativos**

	N.º de pedidos	Valor dos bens entregues	Valor realizado
Comarca de Bragança			
Total da Comarca	0	0	0

Secção de Bragança	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0
Secção de Mirandela	0	0	0
Secção de Mogadouro	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

PROCESSOS NÃO PENAIIS

Mapa Comarca – CRIM 19

Processo não penais					
Comarca de Bragança	Vindos do ano anterior	Entrados	Total	Findos	Pendentes para o ano seguinte
Total da Comarca					
Transgressões e Contravenções	0	0	0	0	0
Internamento compulsivo	10	43	53	43	10
Secção de Bragança					
Transgressões e Contravenções	0	0	0	0	0
Internamento compulsivo	0	24	24	23	1
Secção de Macedo de Cavaleiros					
Transgressões e Contravenções	0	0	0	0	0
Internamento compulsivo	4	6	10	6	4
Secção de Mirandela					
Transgressões e Contravenções	0	0	0	0	0
Internamento compulsivo	3	9	12	10	2
Secção de Mogadouro					
Transgressões e Contravenções	0	0	0	0	0
Internamento compulsivo	0	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo					
Transgressões e Contravenções	0	0	0	0	0
Internamento compulsivo	1	2	3	2	1
Secção de Vila Flor					
Transgressões e Contravenções	0	0	0	0	0
Internamento compulsivo	2	2	4	2	2



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – CRIM 20

Recurso de impugnação judicial em processo de contraordenação										
Comarca de Bragança	Recursos apresentados em juízo pelo MP	Findos						Sentido da decisão		
		Rejeição	Sentença	Despacho	Desistência de acusação	Desistência de recurso pelo impugnante	Total	Recursos providos	Recurso parcialmente providos	Recursos não providos
Total da Comarca Bragança	49	2	49	12	1	4	68	21	11	17
Secção de Bragança	23	2	24	1	1	4	32	10	8	1
Secção de Macedo de Cavaleiros	7	0	4	1	0	0	5	2	0	3
Secção de Mirandela	9	0	8	2	0	0	10	4	2	4
Secção de Mogadouro	1	0	0	1	0	0	1	1	0	1
Secção de Torre de Moncorvo	3	0	6	2	0	0	8	3	0	3
Secção de Vila Flor	6	0	7	5	0	0	12	1	1	5



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

ÁREA FAMÍLIA E MENORES –

Mapa Comarca – FM 1

Procedimentos do M.P. previstos no DL 272/2001 - Família e Menores									
Comarca de Bragança	Espécies	Vindos do ano anterior	Entrados	Findos			Pendentes p/o ano seguinte	Findos	
				Proce- dentes	Improce- dentes	Total		s/pedido de reapreciaçã o judicial	c/pedido de reapreciaçã o judicial
Total da Comarca		6	17	13	4	17	6	0	0
	Suprimento de consentimento	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para alienação/onerção	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para prática de actos	6	17	13	4	14	6	0	0
	Confirmação de actos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aceitação/rejeição de liberalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Bragança	Suprimento de consentimento	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para alienação/onerção	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para prática de actos	1	7	3	1	4	4	0	0
	Confirmação de actos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aceitação/rejeição de liberalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	Suprimento de consentimento	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para alienação/onerção	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para prática de actos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Confirmação de actos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aceitação/rejeição de liberalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Mirandela	Suprimento de consentimento	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para alienação/onerção	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para prática de actos	4	2	5	1	6	0	0	0
	Confirmação de actos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aceitação/rejeição de liberalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de	Suprimento de consentimento	0	0	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mogadouro	Autorização para alienação/onerção	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para prática de actos	0	2	1	1	2	0	0	0
	Confirmação de actos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aceitação/rejeição de liberalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	Suprimento de consentimento	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para alienação/onerção	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para prática de actos	1	1	0	1	0	1	0	0
	Confirmação de actos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aceitação/rejeição de liberalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	Suprimento de consentimento	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para alienação/onerção	0	0	0	0	0	0	0	0
	Autorização para prática de actos	0	5	4	0	4	1	0	0
	Confirmação de actos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aceitação/rejeição de liberalidades	0	0	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 2

**Acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais em ação de
separação de pessoas e bens, de divórcio por mútuo consentimento
Pareceres do Ministério Público
Artº 14º do DL 272/2001**

Comarca de Bragança	Recebidos	Parecer de concordância	Parecer de não concordância
Total da Comarca	71	67	4
Secção de Bragança	19	19	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	16	14	2
Secção de Mirandela	10	9	1
Secção de Mogadouro	5	5	0
Secção de Torre de Moncorvo	9	8	1
Secção de Vila Flor	12	12	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 3

Jurisdição de Família e Menores - Ações Tutelares Cíveis e Incidentes						
Espécies	Vindas do ano anterior Entradas	Entradas		Total	Findas	Pendentes para o ano seguinte
		Ministério Público	Outros			

Comarca de Bragança	327	162	222	711	528	183
----------------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Consentimento prévio para adoção		0	0	0	0	0	0
Confiança judicial para adoção		0	0	0	0	0	0
Adoção	Plena	0	0	0	0	0	0
	Restrita	0	0	0	0	0	0
Exercício das responsabilidades parentais	Ação de regulação	82	85	44	210	160	54
	Ação de alteração à regulação	110	28	56	194	143	51
	Incidentes de incumprimento	63	31	107	201	151	65
	Ação de inibição ou de limitação	2	0	0	2	1	1
Alimentos	Ação de fixação	1	1	3	5	5	0
	Ação de alteração	3	2	4	9	5	4
	Execução	4	0	0	0	4	0
Entrega judicial de menor		0	0	1	1	1	0
Averiguação oficiosa	De paternidade	15	17	0	32	26	6
	De maternidade	0	0	0	0	0	0
	Para impugnação da paternidade presumida	0	0	0	0	0	0
Ações de impugnação e de investigação da maternidade e de paternidade		0	0	0	0	0	0
Apadrinhamento civil		0	0	0	0	0	0
Outras		24	0	4	28	28	0

Secção de Bragança	170	61	91	322	243	79
---------------------------	------------	-----------	-----------	------------	------------	-----------

Consentimento prévio para adoção		0	0	0	0	0	0
Confiança judicial para adoção		0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Adoção	Plena	0	0	1	1	1	0
	Restrita	0	0	0	0	0	0
Exercício das responsabilidades parentais	Ação de regulação	51	37	20	108	85	23
	Ação de alteração à regulação	76	12	19	107	83	24
	Incidentes de incumprimento	30	7	47	84	57	27
	Ação de inibição ou de limitação	1	0	0	0	0	1
Alimentos	Ação de fixação	1	0	0	0	1	0
	Ação de alteração	3	0	2	5	3	2
	Execução	0	0	0	0	0	0
Entrega judicial de menor		0	0	0	0	0	0
Averiguação oficiosa	De paternidade	7	5	0	12	10	2
	De maternidade	0	0	0	0	0	0
	Para impugnação da paternidade presumida	0	0	0	0	0	0
Ações de impugnação e de investigação da maternidade e de paternidade		0	0	0	0	0	0
Apadrinhamento civil		0	0	0	0	0	0
Outras		0	0	2	2	2	0

Secção de Macedo de Cavaleiros	62	14	23	99	75	24
---------------------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Consentimento prévio para adoção		0	0	0	0	0	0
Confiança judicial para adoção		0	0	0	0	0	0
Adoção	Plena	0	0	0	0	0	0
	Restrita	0	0	0	0	0	0
Exercício das responsabilidades parentais	Ação de regulação	12	7	6	25	17	8
	Ação de alteração à regulação	16	3	5	24	17	7
	Incidentes de incumprimento	9	0	11	20	14	6
	Ação de inibição ou de limitação	0	0	0	0	0	0
Alimentos	Ação de fixação	0	0	1	1	1	0
	Ação de alteração	0	0	0	0	0	0
	Execução	0	0	0	0	0	0
Entrega judicial de menor		0	0	0	0	0	0
Averiguação oficiosa	De paternidade	2	4	0	6	3	3
	De maternidade	0	0	0	0	0	0
	Para impugnação da paternidade presumida	0	0	0	0	0	0
Ações de impugnação e de investigação da maternidade e de paternidade		0	0	0	0	0	0
Apadrinhamento civil		0	0	0	0	0	0
Outras		23	0	0	23	23	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Secção de Mirandela	32	39	44	115	97	18
----------------------------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------	-----------

Consentimento prévio para adoção		0	0	0	0	0	0
Confiança judicial para adoção		0	0	0	0	0	0
Adoção	Plena	0	0	2	2	2	0
	Restrita	0	0	0	0	0	0
Exercício das responsabilidades parentais	Ação de regulação	8	21	10	39	29	10
	Ação de alteração à regulação	7	6	11	27	21	3
	Incidentes de incumprimento	10	7	20	37	32	5
	Ação de inibição ou de limitação	0	0	0	0	0	0
Alimentos	Ação de fixação	0	0	0	0	0	0
	Ação de alteração	0	1	0	1	1	0
	Execução	0	0	0	0	0	0
Entrega judicial de menor		0	0	0	0	0	0
Averiguação oficiosa	De paternidade	5	4	0	9	9	0
	De maternidade	0	0	0	0	0	0
	Para impugnação da paternidade presumida	0	0	0	0	0	0
Ações de impugnação e de investigação da maternidade e de paternidade		0	0	0	0	0	0
Apadrinhamento civil		0	0	0	0	0	0
Outras		0	0	1	1	1	0

Secção de Mogadouro	12	11	20	43	28	15
----------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Consentimento prévio para adoção		0	0	0	0	0	0
Confiança judicial para adoção		0	0	0	0	0	0
Adoção	Plena	0	0	0	0	0	0
	Restrita	0	0	0	0	0	0
Exercício das responsabilidades parentais	Ação de regulação	5	8	1	14	9	5
	Ação de alteração à regulação	1	2	6	9	5	4
	Incidentes de incumprimento	5	0	9	14	10	4
	Ação de inibição ou de limitação	0	0	0	0	0	0
Alimentos	Ação de fixação	0	1	2	3	2	1
	Ação de alteração	0	0	1	1	0	1
	Execução	0	0	0	0	0	0
Entrega judicial de menor		0	0	1	1	1	0
Averiguação oficiosa	De paternidade	0	0	0	0	0	0
	De maternidade	0	0	0	0	0	0
	Para impugnação da paternidade presumida	0	0	0	0	0	0
Ações de impugnação e de investigação da maternidade e de paternidade		0	0	0	0	0	0
Apadrinhamento civil		0	0	0	0	0	
Outras		0	0	0	0	0	0

Secção de Torre de Moncorvo	28	6	19	53	33	20
------------------------------------	-----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Consentimento prévio para adoção	0	0	0	0	0	0
----------------------------------	---	---	---	---	---	---



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Confiança judicial para adoção		0	0	0	0	0	0
Adoção	Plena	0	0	0	0	0	0
	Restrita	0	0	0	0	0	0
Exercício das responsabilidades parentais	Ação de regulação	6	3	3	12	7	5
	Ação de alteração à regulação	5	0	7	12	6	6
	Incidentes de incumprimento	9	3	8	20	11	9
	Ação de inibição ou de limitação	1	0	0	1	1	0
Alimentos	Ação de fixação	0	0	0	0	0	0
	Ação de alteração	0	0	0	0	0	0
	Execução	4	0	0	4	4	0
Entrega judicial de menor		0	0	0	0	0	0
Averiguação oficiosa	De paternidade	0	0	0	0	0	0
	De maternidade	0	0	0	0	0	0
	Para impugnação da paternidade presumida	0	0	0	0	0	0
Ações de impugnação e de investigação da maternidade e de paternidade		0	0	0	0	0	0
Apadrinhamento civil		0	0	0	0	0	0
Outras		1	0	1	2	2	0

Secção de Vila Flor	23	31	25	79	52	27
----------------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Consentimento prévio para adoção		0	0	0	0	0	0
Confiança judicial para adoção		0	0	0	0	0	0
Adoção	Plena	0	0	0	0	0	0
	Restrita	0	0	0	0	0	0
Exercício das responsabilidades parentais	Ação de regulação	0	9	4	13	10	3
	Ação de alteração à regulação	5	5	8	18	11	7
	Incidentes de incumprimento	15	14	12	41	27	14
	Ação de inibição ou de limitação	0	0	0	0	0	0
Alimentos	Ação de fixação	0	0	0	0	0	0
	Ação de alteração	0	1	1	2	0	2
	Execução	0	0	0	0	0	0
Entrega judicial de menor		0	0	0	0	0	0
Averiguação oficiosa	De paternidade	1	2	0	3	2	1
	De maternidade	0	0	0	0	0	0
	Para impugnação da paternidade presumida	0	0	0	0	0	0
Ações de impugnação e de investigação da maternidade e de paternidade		0	0	0	0	0	0
Apadrinhamento civil		0	0	0	0	0	0
Outras		0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 4

Averiguações Oficiosas de Paternidade e de Maternidade										
Comarca de Bragança	Movimentadas			Findas						Pendentes p/o ano seguinte
	Vindas do ano anterior	Entradas	Total	Viabilidade	Inviabilidade	Perfilhação	Caducidade	Outros	Total	
Total da Comarca	15	17	32	7	3	16	0	0	26	6
Secção de Bragança	7	5	12	1	1	8	0	0	10	2
Secção de Macedo de Cavaleiros	2	4	6	1	0	2	0	0	3	3
Secção de Mirandela	5	4	9	3	2	4	0	0	9	0
Secção de Mogadouro	0	2	2	1	0	1	0	0	2	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	1	2	3	1	0	1	0	0	2	1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 5

Processos de Promoção e Proteção											
Comarca de Bragança	Processos instaurados			Medidas e Procedimentos de Aplicação (*)						Arquivamento sem aplicação de medida	Processos pendentes há mais de 6 meses, a 31 de Agosto, sem aplicação de medida
	A requerimento do Ministério Público	A requerimento de outros	Total	Medidas de institucionalização	Medidas de confiança com vista à adopção	Outras	Total	Medidas tomadas por acordo	Medidas tomadas após debate judicial		
Total da Comarca	78	11	89	6	0	20	26	18	20	21	34
Secção de Bragança	26	2	28	4	0	1	5	14	16	5	13
Secção de Macedo de Cavaleiros	15	2	17	0	0	5	5	2	2	5	6
Secção de Mirandela	13	0	13	1	0	4	5	1	1	2	11
Secção de Mogadouro	3	1	4	0	0	4	4	0	0	1	2
Secção de Torre de Moncorvo	8	3	11	1	0	4	5	1	1	3	1
Secção de Vila Flor	13	3	16	0	0	2	2	0	0	5	1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 6

Procedimentos de urgência (Artºs 91º/92º da LPCJP)

Comarca de Bragança	Procedimentos judiciais urgentes		
	Requeridos pelo Ministério Público	Confirmação da situação de perigo	Não confirmação da situação de perigo
Total da Comarca	0	0	0

Secção de Bragança	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0
Secção de Mirandela	0	0	0
Secção de Mogadouro	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 7

Interlocução das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens

Comarca de Bragança	Presença em reuniões da Comissão na modalidade alargada	Processos das CPCJ verificados respeitantes a maus tratos, negligência grave e abusos sexuais	Comunicações recebidas das CPCJ que o MP decidiu arquivar sem requerer a abertura de processo judicial	Pedidos de apreciação judicial de decisão de CPCJ (artº 76º da LPCJP)	Comunicações recebidas para instauração de procedimento tutelar cível
Total da Comarca	17	29	18	0	12
Secção de Bragança	1	6	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	3	2	9	0	9
Secção de Mirandela	4	7	4	0	2
Secção de Mogadouro	1	6	5	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	2	0	0	1
Secção de Vila Flor	8	6	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 8

Visitas a Instituições de Acolhimento

Instituição	Nº de visitas
Fundação Casa do Trabalho - Bragança	2
Lar de S. Francisco - Bragança	1
Total	3



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

Mapa Comarca – FM 9

Inquéritos tutelares educativos																									
Comarca de Bragança	Movimentados			Findos																		Pendentes			
	Vindos do ano anterior	Entrados	Total	Arquivamento					(6) Suspensão do processo	Abertura da fase jurisdicional												(18) Remetidos/incorporados	(19) Total de Findos 19 = (5+6+17+18)	Há mais de 3 meses	Para o período seguinte
				(1) Liminar - artº 78º	(2) Inexistência do facto / insuficiência indiciária	(3) Desnecessidade de medida tutelar	(4) Outros motivos	(5) Total arquivados 5 = (1+2+3+4)		Proposta															
										(7) Arquivamento - artº 93º, nº 1, b)	(8) Medidas não institucionais					(9) Medidas institucionais					(16) Total 17 = (7+12+16)				
											(8) Admoestação - artigo 4º a)	(9) Tarefas a favor da comunidade - artº 4º nº 1 d)	(10) Acompanhamento educativo - artigo 4º h)	(11) Outras medidas não institucionais	(12) Sub-Total 12=(8+9+10+11)	(13) Internamento regime aberto artº 4º nº 3, a)	(14) Internamento regime semi-aberto - artº 4º nº 3, b)	(15) Internamento regime fechado - artº 4º nº 3, c)	(15) Sub-total 16=(13+14+15)						
Total da Comarca	41	62	103	5	15	0	5	25	15	0	3	3	3	2	11	0	1	2	3	14	18	72	23	31	
Secção de Bragança	26	39	65	0	6	0	3	9	14	0	0	1	1	1	3	0	0	0	0	3	18	44	14	21	
Secção de Macedo de Cavaleiros	2	6	8	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	2	0	4	4	4	
Secção de Mirandela	9	10	19	4	4	0	0	8	1	0	3	2	1	0	6	0	0	0	0	6	0	15	3	4	
Secção de Mogadouro	1	1	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	2	0	0	
Secção de Torre de Moncorvo	2	4	6	0	4	0	0	4	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	5	1	1	
Secção de Vila Flor	1	2	3	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2	1	1	



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 11

**Factos qualificados como crime investigados em inquérito tutelar educativo
(*)**

Total da Comarca de Bragança	Classificação jurídico-penal dos factos	Nº de inquéritos
	Ofensa á Integridade fisica simples	17
	Furto Simples	14
	Furto qualificado	9
	Roubo	7
	Ameaças	3
	Condução sem habilitação legal	2
	Injuria	2
	Dano	1
	Ofensa á Integridade fisica qualificada	1
	Consumo de estupefacientes	1

Secção de Bragança	Classificação jurídico-penal dos factos	Nº de inquéritos
	Ofensa á Integridade fisica simples	12
	Furto simples	9
	Roubo	7
	Furto qualificado	4
	Ameaças	2
	Dano simples	1
	Consumo de estupefacientes	1
	Condução sem habilitação	1

Secção de Macedo de Cavaleiros	Classificação jurídico-penal dos factos	Nº de inquéritos
	Ofensa á Integridade fisica simples	2
	Furto simples	2
	Furto qualificado	1

Secção de Mirandela	Classificação jurídico-penal dos factos	Nº de inquéritos
	Furto simples	2
	Ofensa á Integridade fisica simples	2
	Ofensa á Integridade fisica qualificada	1
	Falsas declarações	1
	Furto qualificado	1
	Injuria	1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Secção de Mogadouro	Classificação jurídico-penal dos factos	Nº de inquéritos
	Difamação	1

Secção de Torre de Moncorvo	Classificação jurídico-penal dos factos	Nº de inquéritos
	Ofensa á Integridade fisica simples	1
	Injuria	1
	Ameaças	1
	Condução sem habilitação	1

Secção de Vila Flor	Classificação jurídico-penal dos factos	Nº de inquéritos
	Resistência e Coacção a funcionário	1

(*) Indique por ordem decrescente os 10 tipos legais de crime com maior expressão a que correspondem os factos que deram origem à abertura de inquéritos tutelares educativos



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 12

Inquéritos tutelares educativos Detenção e medidas cautelares de guarda		
Comarca de Bragança	Menores apresentados detidos em flagrante delito	Menores com medida cautelar de guarda em centro educativo
Total da Comarca	0	0
Secção de Bragança	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0
Secção de Mirandela	0	0
Secção de Mogadouro	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0
Secção de Vila Flor	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 13

Processos Tutelares Educativos Resultado da fase jurisdicional							
Comarca de Bragança	Arquivamento liminar - artigo 93º, nº 1, a)	Arquivamento sem aplicação de medida por desnecessidad e, nos termos do artigo 93º, nº 1, b)	Arquivamento por falta de comprovação judicial dos factos	Arquivamento por desnecessidad e da medida após audiência	Findos com aplicação de medida	Remessa a outra secção	Total
Total da Comarca	0	1	0	0	11	2	14
Secção de Bragança	0	1	0	0	2	1	4
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0	0	1	0	1
Secção de Mirandela	0	0	0	0	7	0	7
Secção de Mogadouro	0	0	0	0	1	0	1
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0	0	0	1	1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 14

Visitas a Centros Educativos

Centros Educativos	Nº de Visitas
Centro Educativo de Santo António - Porto	0
Centro Educativo do Mondego -Guarda	0
Centro Educativo dos Olivais - Coimbra	0
Centro Educativo Navarro de Paiva - Lisboa	0
Centro Educativo da Bela Vista - Lisboa	0
Centro Educativo Padre António Oliveira - Lisboa	0
Total	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – FM 15

Recursos								
----------	--	--	--	--	--	--	--	--

Comarca de Bragança	Interpostos pelo Ministério Público	Respondidos pelo Ministério Público	Julgados					
			Interpostos pelo Ministério Público			Respondidos pelo Ministério Público		
			Providos	Parcialmente providedos	Não providos	Providos	Parcialmente providedos	Não providos
Total da Comarca	0	4	0	0	0	1	0	1
Secção de Bragança	0	2	0	0	0	0	0	1
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Mirandela	0	1	0	0	0	1	0	0
Secção de Mogadouro	0	1	0	0	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

ÁREA DO TRABALHO

Mapa Comarca – TRAB 1

Ações Laborais									
Comarca de Bragança	Espécies	Vindas do ano anterior	Entradas		Total Movimentadas	Findas			Pendentes para o ano seguinte
			Propostas pelo MP	Contestadas pelo MP		Procedentes	Improcedentes	Total	
Total da Comarca		32	44	13	89	19	4	23	66
	Ações em representação do Estado	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ações comuns em patrocínio dos trabalhadores	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Bragança	Ações em representação do Estado	0	1	0	1	1	0	1	0
	Ações comuns em patrocínio dos trabalhadores	32	43	13	88	18	4	22	66

Observação: A procedência ou improcedência afere-se pela posição do MP na acção



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – TRAB 2

Processos por Acidente de Trabalho						
Comarca de Bragança	Vindos do ano anterior	Entrados		Total	Findos	Pendentes para o ano seguinte
		Acidente mortal	Acidente não mortal			
Total da Comarca	119	4	197	320	191	129
Secção de Bragança	119	4	197	320	191	129



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – TRAB 3

Processos por Acidente de Trabalho Fase conciliatória										
Comarca de Bragança	Vindos do ano anterior	Entrados		Total	Findos		Total	Pendentes para o ano seguinte		Total
		Acidente mortal	Acidente não mortal		Por tentativa de conciliação	Outros motivos		De perícia médica	Outros	
Total da Comarca	79	4	197	280	160	31	191	89	0	89
Secção de Bragança	79	4	197	280	160	31	191	89	0	89



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – TRAB 4

Processos por Acidente de Trabalho Patrocínio do Ministério Público		
Comarca de Bragança	Petições	Recursos
Total da Comarca	17	3
Secção de Bragança	17	3



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – TRAB 5

Atividade do Ministério Público conexa com Processos por Acidente de Trabalho

Comarca de Bragança	Requerimentos para Junta Médica	Revisão de Incapacidades	Atualização de Pensões	Entregua do capital de remissão
Total	20	20	41	137
Secção de Bragança	20	20	41	137



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – TRAB 6

Processos por Doenças Profissionais propostos pelo Ministério Público							
Comarca de Bragança	Movimentados				Findos		Pendentes para o ano seguinte
	Vindos do ano anterior	Petições iniciais	Requerimentos para Junta Médica	Total	Procedentes	Improcedentes	
Total da Comarca	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Bragança	0	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – TRAB 7

Outras Ações especiais com intervenção do Ministério Público						
Comarca de Bragança	Espécies	Vindas do ano anterior	Entradas	Total	Findas	Pendentes para o ano seguinte
Total da Comarca de Bragança/secção de Bragança		11	22	33	24	9
Ações de anulação e interpretação de cláusulas de convenções coletivas de trabalho nos termos do artigo 479º do Código do Trabalho		0	0	0	0	0
Impugnação da legalidade de Associações		0	0	0	0	0
Acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento (art. 98º B do CPT)		0	0	0	0	0
Ações relativas à igualdade e não discriminação em função do sexo (art. 186º G do CPT)		0	0	0	0	0
Liquidação e partilha dos bens de instituição de previdência. de associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores		0	0	0	0	0
Impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas		0	0	0	0	0
Tutela da personalidade do trabalhador		0	0	0	0	0
Procedimentos cautelares (arts. 32º e segs. do CPT)		0	0	0	0	0
Reconhecimento da existência de contrato de trabalho (Lei nº 63/2013, de 27-08)		0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – TRAB 8

Impugnações Judiciais em Processos de Contraordenação

Comarca de Bragança	Recursos apresentados em juízo pelo MP	Findos						Sentido da decisão		
		Rejeição	Sentença	Despacho	Desistência acusação	Desistência recurso pelo impugnante	Total	Providos	Parcialmente providos	Não providos
Total da Comarca	26	1	28	3	0	0	32	12	1	15
Secção de Bragança	26	1	28	3	0	0	32	12	1	15



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – TRAB 9

Recursos								
Comarca de Bragança	Interpostos pelo Ministério Público	Respondidos pelo Ministério Público	Julgados					
			Interpostos pelo Ministério Público			Respondidos pelo Ministério Público		
			Providos	Parcialmente providos	Não providos	Providos	Parcialmente providos	Não providos
Total da Comarca	1	3	0	0	0	0	0	0
Secção de Bragança	1	3	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

ÁREA DO COMÉRCIO

Mapa Comarca – COM 1

Movimento de Insolvências								
Comarca de Bragança	Vindas do ano anterior	Vindas Pendentes	Entradas no ano		Findas no ano	Findas no ano	Pendentes para ano seguinte	Pendentes para ano seguinte
	Com Insolvência Declarada	Sem Insolvência Declarada			Com Insolvência Declarada	Sem Insolvência Declarada	Com Insolvência Declarada	Sem Insolvência Declarada
Total da Comarca	37	24	87	0	88	43	6	11
Secção de Bragança	11	8	32	0	22	21	4	4
Instauradas MP em representação do Estado	0	0	0		0	0	0	0
Instauradas pelo MP no patrocínio de trabalhadores	2	0	Nº ações	Nº trabalhadores	0	2	0	0
			0	0				
Instauradas por terceiros	9	8	32		22	19	4	4
Secção de Macedo de Cavaleiros	15	0	8	0	12	8	1	2
Instauradas MP em representação do Estado	0	0	0		0	0	0	0
Instauradas pelo MP no patrocínio de trabalhadores	0	0	Nº ações	Nº trabalhadores	0	0	0	0
			0	0				
Instauradas por terceiros	15	0	8		12	8	1	2
Secção de Mirandela	9	9	20	0	30	6	1	1
Instauradas MP em representação do Estado	0	0	0		0	0	0	0
Instauradas pelo MP no patrocínio de trabalhadores	0	0	Nº ações	Nº trabalhadores	0	0	0	0
			0	0				
Instauradas por terceiros	9	9	20		30	6	1	1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Secção de Mogadouro	0	3	5	0	6	1	0	1
----------------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

Instauradas MP em representação do Estado	0	0	0		0	0	0	0
Instauradas pelo MP no patrocínio de trabalhadores	0	0	Nº ações	Nº trabalhadores	0	0	0	0
			0	0				
Instauradas por terceiros	0	3	5		6	1	0	1
Secção de Torre de Moncorvo	1	1	9	0	8	3	0	0

Instauradas MP em representação do Estado	0	0	0		0	0	0	0
Instauradas pelo MP no patrocínio de trabalhadores	0	0	Nº ações	Nº trabalhadores	0	0	0	0
			0	0				
Instauradas por terceiros	1	1	9		8	3	0	0
Secção de Vila Flor	1	3	13	0	10	4	0	3

Instauradas MP em representação do Estado	0	0	0		0	0	0	0
Instauradas pelo MP no patrocínio de trabalhadores	0	0	Nº ações	Nº trabalhadores	0	0	0	0
			0	0				
Instauradas por terceiros	1	3	13		10	4	0	3



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – COM 2

Intervenções mais relevantes em processo de insolvência

Comarca de Bragança	Reclamação de créditos nos termos do art.º 128, do art.º 146 e do art.º 17-D do CIRE				Impugnação da lista do art.º 129 do CIRE	Participação em Assembleias de Credores	Pareceres em qualificação da insolvência
	Em representação da Fazenda Nacional	Em representação de outras entidades do Estado	No patrocínio dos trabalhadores	Por custas e coimas e outras quantias			
Total da Comarca	38	6	1	23	0	22	5
Secção de Bragança	14	3	0	12	0	3	4
Secção de Macedo de Cavaleiros	5	0	1	5	0	1	0
Secção de Mirandela	8	2	0	2	0	8	0
Secção de Mogadouro	1	0	0	1	0	3	1
Secção de Torre de Moncorvo	6	0	0	0	0	3	0
Secção de Vila Flor	4	1	0	3	0	4	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – COM 3

Valores dos créditos reclamados em Processo de Insolvência e Processo Especial de Revitalização

Comarca de Bragança	Valor dos créditos reclamados nos termos do art.º 128, do art.º 146 e do art.º 17-D do CIRE				
	Em representação da Fazenda Nacional	Em representação de outras entidades do Estado	No patrocínio dos trabalhadores	Por custas e coimas e outras quantias	Total
Total da Comarca	891.294,85 €	24.080,93 €	9.452,27 €	2.550,20 €	927.378,25 €
Secção de Bragança	69.693,27 €	6.250,70 €	0,00 €	1.830,00 €	77.773,97 €
Secção de Macedo de Cavaleiros	36.400,03 €	0,00 €	9.452,27 €	0,00 €	45.852,30 €
Secção de Mirandela	84.468,45 €	13.302,86 €	0,00 €	460,20 €	98.231,51 €
Secção de Mogadouro	58.419,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58.419,23 €
Secção de Torre de Moncorvo	84.179,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	84.179,25 €
Secção de Vila Flor	558.134,62 €	4.527,37 €	0,00 €	260,00 €	562.921,99 €



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – COM 4

Créditos rateados pelos credores

Comarca de Bragança	Valor dos créditos rateados						
	Fazenda Nacional	FGS	Segurança Social	Laborais	Outros créditos	Total	Nº de Rateios efectuados no ano
Total da Comarca	1041.21	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1
Secção de Bragança	1.041,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1
Secção de Macedo de Cavaleiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0
Secção de Mirandela	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0
Secção de Mogadouro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0
Secção de Torre de Moncorvo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0
Secção de Vila Flor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – COM 5

Movimento de Processos Especiais de Revitalização

Comarca de Bragança	Vindos do ano anterior	Entrados no ano	Findos no ano	Pendentes para ano seguinte
Total da Comarca	10	18	17	11
Secção de Bragança	6	8	10	4
Secção de Macedo de Cavaleiros	2	2	2	2
Secção de Mirandela	0	4	1	3
Secção de Mogadouro	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	1	0	1
Secção de Vila Flor	2	3	4	1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – COM 6

Ações declarativas, providências cautelares e acções de verificação ulterior de créditos

Comarca de Bragança	Ações declarativas, providências cautelares e acções de verificação ulterior de créditos	
	Instauradas pelo MP	Contestadas pelo MP
Total da Comarca	4	0
Secção de Bragança	2	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0
Secção de Mirandela	0	0
Secção de Mogadouro	1	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0
Secção de Vila Flor	1	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – COM 7

Recursos								
Comarca de Bragança	Interpostos pelo Ministério Público	Respondidos pelo Ministério Público	Julgados					
			Interpostos pelo Ministério Público			Respondidos pelo Ministério Público		
			Providos	Parcialmente providedos	Não providedos	Providos	Parcialmente providedos	Não providedos
Total da Comarca	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Bragança	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Mirandela	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Mogadouro	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

ÁREA DE EXECUÇÃO

Mapa Comarca – EXEC 1

Execuções instauradas pelo Ministério Público			
Tribunais/Áreas	Espécies	Instauradas	
		Número	Valor
Tribunal Propriedade Intelectual	Custas/multas /coimas		€
	Outras		€
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	Custas/multas /coimas		€
	Outras		€
Tribunal Marítimo	Contencioso patrimonial do Estado		€
	Custas/multas /coimas		€
	Outras		€
Cível	Contencioso patrimonial do Estado		€
	Custas/multas /coimas	85	55.009,30
	Outras		€
Execução	Contencioso patrimonial do Estado	81	99.720,51
	Custas/multas /coimas	5	1.292,89
	Outras		€
Penal	Execução de sentença		€
	Custas/multas /coimas	41	45.472,78
	Outras		€
Família e Menores	Execução de alimentos	6	27.502,67 €
	Custas/multas /coimas		
	Outras		€
Trabalho	Contencioso patrimonial do Estado		€
	Execução de sentença laboral	1	768,50
	Execução de créditos laborais (art. 564º/5 do CT)	12	65.965,76 €
	Custas/multas /coimas	35	59.658,62
	Outras		
Comércio	Custas/multas /coimas		€
	Outras		€



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – EXEC 2

Reclamação de créditos		
Comarca de Bragança		
Tribunais /Áreas	Fazenda Nacional	Outras
Tribunal da Propriedade Intelectual	0	0
Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	0	0
Tribunal Marítimo	0	0
Cível	9	8
Execução	25	0
Penal	0	0
Família e Menores	0	0
Trabalho	0	0
Total	34	8



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

Mapa Comarca – EXEC 3

Recursos								
Comarca de Bragança	Interpostos pelo Ministério Público	Respondidos pelo Ministério Público	Julgados					
			Interpostos pelo Ministério Público			Respondidos pelo Ministério Público		
			Providos	Parcialmente providos	Não providos	Providos	Parcialmente providos	Não providos
Total da Comarca	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Bragança	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Mirandela	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Mogadouro	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	0	0	0	0	0	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0	0	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

MAPAS COMUNS –

MC 1

Cartas Rogatórias a cumprir pelo Ministério Público				
Comarca de Bragança	Penal	Cível	Trabalho	Família e Menores
Total da Comarca Bragança	15	0	0	0
Secção de Bragança	12	0	0	0
Secção de Macedo de Cavaleiros	0	0	0	0
Secção de Mirandela	1	0	0	0
Secção de Mogadouro	1	0	0	0
Secção de Torre de Moncorvo	1	0	0	0
Secção de Vila Flor	0	0	0	0



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

MAPAS COMUNS

MC 2

Decisões Hierárquicas Específicas

Comarca de Bragança	ÁREA	Competências Processuais Hierárquicas		
	Penal	Intervenções Hierárquicas (art. 278º CPP)		10
		Conflitos de competência em inquérito (art. 264º e 266º CPP)		24
	Família e Menores	Inquéritos Tutelares Educativos	Intervenções hierárquicas (artº 88º LTE)	0
			Conflitos de competência	0
	Trabalho	Reclamações Hierárquicas - CPT (art.8º nº 2 do CPT)		1



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

MAPAS COMUNS – MC 3

Processos Administrativos/Acompanhamento					
Instaurados					
Jurisdição	Tendo em vista a iniciativa/ /intervenção processual	Acompanhamento de outros processos	Acompanhamento da participação do MP em atividade/órgão extrajudicial	Outros assuntos	TOTAL
Penal	0	21	0	0	21
Cível	209	23	0	0	232
Família e Menores	113	8	0	0	121
Trabalho	166	0	0	0	166
Comércio	39	0	0	0	39
Execução de Penas	0	0	0	0	0
Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0
Marítimo	0	0	0	0	0
Concorrência, regulação e supervisão	0	0	0	0	0
Gestão/Organização	0				0
TOTAL	527	52	0	0	579

Movimentados

Vindos do ano anterior	Instaurados	Findos	Pendentes para o ano seguinte
193	579	408	364



**PROCURADORIA DA REPÚBLICA
COMARCA DE BRAGANÇA**

MAPAS COMUNS – MC 3

Atendimento ao público (*)

Comarca de Bragança				
Jurisdicção/Tribunal	Tendo em vista a iniciativa/intervenção processual do Ministério Público	Sobre outros processos/ações em curso ou findos	Outros assuntos no âmbito das atribuições do Ministério Público	TOTAL
Penal	7	0	13	20
Cível	19	1	5	25
Família e Menores	106	1	11	118
Trabalho	157	86	61	304
Comércio	0	0	0	0
Execução de Penas	0	0	0	0
Marítimo	0	0	0	0
Propriedade Intelectual	0	0	0	0
Concorrência, regulação e supervisão	0	0	0	0
Administrativo/Fiscal	0	0	0	0
TOTAL	289	88	90	467

(*)Atendimento ao público realizado pelo magistrado do Ministério Público ou sob a sua supervisão, desde que documentado.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

II) – Apresentação sucinta de situações a realçar.

II.1. – Situações não resolvidas de pendências processuais excessivas.

No corrente ano, pelas razões supra expostas, verificou-se um aumento das pendências ao nível da Comarca de Bragança, devido principalmente a Bragança e a Miranda do Douro/Mogadouro.

Dada a falta de vários magistrados entre Setembro de 2017 e Setembro de 2018, teve de se proceder à sua substituição para assegurar a presença do Ministério Público nos julgamentos e outros atos judiciais, por outros magistrados dos juízos mais próximos, como aconteceu nas seguintes situações:

- Em Setembro de 2017, faltou todo o mês, uma das Senhoras Procuradoras-Adjuntas colocada em Mirandela, por motivo de gravidez de risco. Todo o serviço do Juiz 2 de Mirandela teve de ser assegurado pela outra magistrada, o que acarretou um aumento das pendências dos inquéritos.

-Substituída essa magistrada no mês de Outubro, por outra magistrada do Quadro Complementar, as duas Procuradoras-Adjuntas de Mirandela, no mês de Novembro, tiveram que assegurar, rotativamente, a representação do Ministério Público nos julgamentos e outras diligências judiciais em Macedo de Cavaleiros, para além de assegurarem o despacho nos inquéritos urgentes e outros em que era necessária a sua intervenção, pois a Procuradora-Adjunta aí colocada entrou de licença por gravidez de risco. Essa substituição manteve-se até final do mês de Dezembro de 2017. Em Janeiro de 2018, foi colocado em Macedo de Cavaleiros, um senhor Procurador-Adjunto do Quadro Complementar, que continuou a ter o apoio durante todo esse mês de Janeiro das magistradas de Mirandela, pois para além da acumulação de serviço verificada todo o serviço que lhe estava distribuído era novo para ele.

- Em Março de 2018, a Procuradora-Adjunta de Miranda do Douro/Mogadouro, entrou de baixa por gravidez, tendo sido substituída pela Procuradora-Adjunta Substituta que se encontrava colocada em Bragança, que aí se manteve sozinha até Setembro de 2018, já que a magistrada titular não voltou mais ao serviço. Durante esse período de tempo e até final de 2018, recorreu-se ao apoio dos Procuradores-Adjuntos de Torre de Moncorvo e de Vila Flor, no sentido de despacharem os inquéritos pendentes de Miranda do Douro/Mogadouro, referentes aos crimes contra o património e contra a propriedade.

Por essa razão, a partir do final de Fevereiro de 2018, apenas ficaram em Bragança 3 Procuradores-Adjuntos, quando é certo que o quadro de magistrados é de 4, e o serviço justifica o exercício efectivo desses mesmos 4 Procuradores-Adjuntos.

Tendo em conta a diminuição do número de magistrados colocados na Comarca de Bragança relativamente ao ano anterior, havia-se previsto, nos objetivos apresentados, um aumento das pendências



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

de inquéritos em cerca de 10%. E embora o aumento das pendências tenha ficado um pouco abaixo do previsto, ou seja, de cerca 6,6%, o certo é que não se conseguiu manter à volta dos 25% o número dos inquéritos pendentes com mais de 8 meses, sendo que também aumentou o número de inquéritos mais antigos.

II.2. – Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho.

Quanto a este ponto há a assinalar que no ano de 2018, fruto de baixas por doença prolongadas, houve um agravamento da situação de funcionários no Núcleo de Bragança, o que contribuiu também para um menor desempenho em Bragança.

Neste momento, para além da questão das acessibilidades e da falta de sistema de AVAC na maior parte dos edifícios onde se encontram instalados serviços de justiça, a situação crítica que se verifica a nível de instalações reside na contínua degradação do edifício do tribunal do Juízo de Proximidade de Vimioso, a necessitar urgente intervenção, pois na situação actual, e nos meses mais frios, quase impossibilita a realização de julgamentos, devido ao frio que existe na sala de audiências, por falta de condições da instalação eléctrica que não aguenta o aquecimento da sala de audiências em simultâneo com qualquer aquecimento de outras dependências do edifício, nomeadamente da secção de processos onde se encontram instaladas as duas funcionárias que aí prestam serviço.

Esta situação vem sendo reportada ao IGFEJ e à DGAJ, sendo que a Câmara Municipal de Vimioso já mostrou disponibilidade em colaborar nas obras necessárias, designadamente ao nível da elaboração dos projectos e da fiscalização dessas obras.

II.3. – Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica.

Continua a assinalar-se o facto de o Gabinete Médico-Legal de Bragança – pólos de Bragança e de Mirandela – terem poucos profissionais a trabalhar, e daí resultar uma demora significativa na realização e elaboração dos relatórios das perícias médico-legais, principalmente no que aos processos de acidente de trabalho diz respeito, facto que vem dos anos anteriores, mas que agora se agravou com a reforma de alguns médicos, designadamente, da especialidade de ortopedia, o que implica uma demora processual com reflexos negativos essencialmente na área laboral.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

II.4. – Medidas adotadas relativas à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização de tecnologias de informação e transparência do sistema de Justiça.

Dado que, a Procuradora-Adjunta colocada em Miranda do Douro/Mogadouro, devido ao volume processual existente e à necessidade de se deslocar a três tribunais para assegurar a representação do Ministério Público nos julgamentos e outras diligências, não conseguia dar uma resposta cabal ao serviço que lhe era concluído, foram afectados um certo número de processos de inquérito, a dois Procuradores-Adjuntos de Bragança, tendo em vista não deixar aumentar em muito as pendências em Miranda do Douro/Mogadouro. (Despacho n.º 1/2018)

Por outro lado, uma vez que, como supra se deixou dito, a partir de Março de 2018, a Procuradora-Adjunta Substituta que se encontrava colocada em Bragança, foi colocada em Miranda do Douro/Mogadouro para substituir a Procuradora-Adjunta titular, por esta ter ficado em situação de licença de gravidez de risco, (Despacho n.º 2/2018), foram também afetos alguns inquéritos ao Procurador da República colocado no Juízo Cível e Criminal, e Diap de Bragança, que antes estavam distribuídos à Procuradora-Adjunta Substituta (Despacho n.º 5/2018).

Perante a ratificação do Despacho 2/2018 e posterior colocação prolongada pelo CSMP da procuradora-Adjunta Substituta em Miranda do Douro/Mogadouro, e uma vez que a mesma, por maioria de razão, não conseguia dar uma resposta satisfatória ao serviço que lhe estava distribuído, foram afectados, aos Procuradores-Adjuntos de Torre de Moncorvo e de Vila Flor, o despacho de um certo número de inquéritos (todos os inquéritos pendentes em Miranda do Douro/Mogadouro, contra o património e contra a propriedade. (despacho n.º 9/2018)

Face à saída de Bragança da Procuradora-Adjunta Substituta e sua colocação em Miranda do Douro/Mogadouro, houve necessidade de redistribuir os inquéritos que lhe estavam distribuídos, pelos Procuradores-Adjuntos de Bragança e, ao mesmo tempo, atribuir ao Procurador da República, o despacho dos inquéritos respeitantes a criminalidade económico-financeira que pertenciam aos magistrados que receberam os inquéritos da Procuradora-Adjunta Substituta. (Ordem de Serviço n.º 1/2018)

II.5. - Iniciativas de construção de boas práticas.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

Aproveitando-se uma reunião de magistrados ocorrida em Fevereiro de 2018, foram aí lembrados certos procedimentos a seguir.

Relativamente às suspensões provisórias do processo uniformizaram-se procedimentos relativamente à obrigatoriedade de arbitrar indemnização ao lesado em caso de apresentação de danos, tendo em vista a obtenção da paz social.

Por outro lado, e sempre que tenha havido despesas efectuadas pelo Estado, como por exemplo exames médicos, deve impor-se o seu pagamento.

No seguimento de uma exposição nesse sentido, foi posteriormente exarado o Despacho n.º 4/2018, sobre os procedimentos a seguir pelos OPCs, nomeadamente GNR e PSP, em caso de apreensão de estupefacientes.

Foi decidida a obrigatoriedade de comunicação à Coordenação, da rejeição de acusação, com remessa de cópia da acusação e do despacho judicial de não recebimento, tendo em vista a eventual interposição de recurso e ou a alteração da posição assumida na acusação.

No seguimento da Diretiva 1/2017 da PGR, foi determinado que os processos prioritários passassem a ter capas de cor encarnada.

Foi também concentrada no Procurador Coordenador da Comarca a apreciação de todas as denúncias anónimas, tendo em vista a existência de um único critério no seguimento a dar-lhes.

Foram ainda transmitidas orientações sobre a forma de proceder na elaboração das fichas electrónicas de atendimento para propositura de acções de interdição, dado o grande número de pedidos apresentados com essa finalidade.

Tais procedimentos e indicações ficaram a constar da ata que posteriormente foi distribuída por todos os magistrados da Comarca.

II.6. – Avaliação da qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

Apesar da boa vontade e afincos de todos os magistrados do Ministério Público colocados na Comarca de Bragança, não foi possível manter neste ano de 2018 as pendências anteriormente verificadas. Na verdade, como supra se deixou dito, o número de magistrados em exercício efectivo de funções diminuiu entre 20% e 28%, relativamente ao ano anterior.

Para além disso, as faltas prolongadas de alguns funcionários também contribuiu, pelo menos em Bragança, para o aumento das pendências nos inquéritos.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

No entanto, nas Secções de Processos, seja na estatística oficial seja na estatística das Secretarias, continuou a verificar-se uma diminuição do número de processos existentes, demonstrativos de que se estão a acabar mais processos do que aqueles que entram de novo.

Esse facto, tem-se feito sentir nas intervenções positivas dos membros do Conselho Consultivo da Comarca, vindos de fora dos tribunais, relativamente à resposta que os serviços de justiça têm dado, com a nova organização judiciária, e que se tem materializado na aprovação unânime dos relatórios apresentados

Tal posição assenta principalmente em dois factores. Um reporta-se à sentida diminuição da duração média dos processos. A outra tem a ver com a realização das diligências e julgamentos à hora marcada.

Importa realçar que, as reclamações até apresentadas nos serviços, foram apenas em número de 2, sendo certo que nenhuma delas teve seguimento, por as razões apresentadas não terem fundamento.

Apesar de em Bragança continuar a haver mais magistrados judiciais do que magistrados do Ministério Público, não ocorreu qualquer adiamento de qualquer ato ou diligência judicial por falta de magistrado do Ministério Público.

Manteve-se o atendimento diário do público em todos os Juízos e Secções de Proximidade que integram a Comarca de Bragança.

Continuou a verificar-se na comarca de Bragança, uma percentagem bastante alta de procedência da acusação nos processos remetidos para julgamento.

É ainda de realçar o uso elevado, que se atingiu na Comarca de Bragança, de utilização de formas simplificadas de processos e de mecanismos de consenso, relativamente ao número de processos indiciados.

III) – Síntese da avaliação do cumprimento dos objectivos fixados para o ano, propostas e recomendações

Os objectivos apresentados para o ano de 2018, foram atingidos nalguns pontos e noutro nem tanto.

Na verdade, quanto aos processos de inquérito, entre Janeiro e Dezembro de 2018, verificou-se um aumento das pendências de 6,6%, sendo que se havia previsto um aumento de cerca de 10%, fruto da diminuição do número de magistrados em exercício de funções.

No entanto, pela razão apontada, não foi possível manter a pendência dos processos de inquérito com mais de 8 meses, nos 25% relativamente à pendência geral. Na verdade, no ano de 2019, essa



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

percentagem foi de 34,9%. Também se conseguiu manter nos mesmos índices o número de processos mais antigos.

Foi atingida a meta dos 60% propostos como percentagem dos inquéritos indiciados e em cuja resolução seriam utilizadas formas processuais simplificadas e com recurso a mecanismo de consenso.

Também nos Inquéritos Tutelares Educativos se conseguiu atingir os objectivos propostos, pois o número de processos pendentes manteve-se baixo passando-se de 35 para 30 em toda a comarca.

Nos processos administrativos, houve um aumento dos processos pendentes já que se passou de 290 para 579. No entanto, há que ter em conta o elevado número de processos instaurados, pois se passou de 585 para 987. A sua maior parte dos pendentes tem a ver com o elevado número de pedidos de interdição e ainda com o acompanhamento de acções propostas ou contestadas, em sede laboral, significando isso que o Ministério abriu muitos processos administrativos para acompanhar acções propostas e contestadas que aguardam decisão judicial. Importa realçar que a grande maioria dos processos pendentes que não acompanham acções propostas pertencem ao ano findo de 2018.

Nos processos abertos ao abrigo do D.L. n.º 272/2001, apenas 9 processos do ano de 2018 se encontravam pendentes.

Também na jurisdição laboral, os objectivos foram genericamente atingidos como se pode ver dos mapas apresentados.

Foram emitidos 80 pareceres sobre acordos de regulação do exercício do poder paternal, tantos quantos entraram no Ministério Público, sendo 77 de concordância e apenas 3 de discordância do acordo proposto pelos pais.

Volta a realçar-se o mapa de Família n.º 3 em que o número de processos pendentes continuou a baixar, passando-se de 151 para 144 processos.

Importa ainda referir, ainda que brevemente, o nosso envolvimento na área das Família e Menores, a participação, no dia 22 de Fevereiro de 2018, na discussão do Projeto “ Pontes de Inclusão – Intervenção Subsidiária” sob o tema “ **A influência da Lei da Promoção e Protecção no futuro das Crianças.**”

A participação, no dia 12 de Abril de 2018, no III Encontro das Casas de Acolhimento de Crianças e Jovens do Distrito de Bragança, sob o tema “ **Um outro olhar sobre o Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens**”

A visita de trabalho, no dia 29 de Maio de 2018, na companhia do Senhor Procurador-Adjunto e da Senhora Juíza, do Juízo de Competência Genérica de Macedo de Cavaleiros, ao Centro D. Abílio Vaz



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

das Neves, sito em Macedo de Cavaleiros, e onde são acolhidas meninas vítimas de maus-tratos e com problemas de integração.

Por outro lado, e no âmbito do trabalho desenvolvido na prevenção da violência doméstica, participámos, no dia 6 de Setembro de 2018, em Alfândega da Fé, numa reunião de trabalho, com membros das outras instituições que assinaram o Protocolo “ **Para Uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género**”.

No dia 25 de Setembro de 2018, participámos no colóquio que tinha por tema “ **Qual o Papel do Ministério Público no âmbito do combate ao crime de Violência Doméstica**” que teve lugar em torre de Moncorvo, e foi promovido pelo Núcleo de apoio à Vítima de Violência doméstica.

No âmbito da concretização dos objectivos do Ministério Público para o ano de 2018, realizou-se no dia 24 de Maio, em Bragança, o Seminário sobre o tema “ **Direito do Consumidor em Geral e em Ambiente Digital em Particular.**”, com a participação de uma Professora do Instituto Politécnico de Bragança, Dra. Rute Couto.

Realizaram-se ainda, no dia 22 de Junho de 2018, com a colaboração do Ministério Público, e patrocinadas pelo Tribunal Judicial da Comarca de Bragança e pelo Instituto Politécnico de Bragança, as “ **I Jornadas Transmontanas de Direito do Trabalho**”, que contou com a participação, entre outros, do Prof. Doutor Jorge Leite e do Juiz Conselheiro do STJ, Júlio Vieira Gomes.

Particpei ainda, no dia 24 de Julho de 2018, nas comemorações do dia do Comando Distrital de Bragança, da PSP, como conferencista, com o tema “ **A PSP e a Defesa dos Direitos, Liberdades e Garantias Constitucionais**”.

Estive ainda presente, no IV Forum de Solicitadores e Agentes de Execução, que se realizou em Bragança, no dia 17 de Maio de 2018, e que teve por tema “ **Um Pacto para a Justiça**”

Ainda em representação do Tribunal Judicial da Comarca de Bragança, estive presente, no dia 30 de Maio de 2018, nas comemorações do **Dia da Brigada de Intervenção do Exército**, que se realizaram em Bragança.

Propostas e recomendações.

- Os recursos humanos, a nível de magistrados do Ministério Público, mostraram-se insuficientes e inadequados face ao movimento processual da comarca. Assim, é urgente a colocação de um Procurador-Adjunto no Núcleo de Bragança, pois o quadro é de 4 Procuradores-Adjuntos e apenas 3 se encontram colocados. Tal situação, ainda que ancorada na falta de magistrados, não se mostra da elementar justiça,



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

quando comparada com núcleos de outras comarcas que, com movimento processual inferior, como foram os casos demonstrados da Guarda e de Portalegre, tinham um número de Procuradores-Adjuntos maior.

Tal situação, para além de levar a um aumento das pendências, tem acarretado um desgaste nos magistrados que não é possível manter por mais tempo, sob pena de exaustão.

Veja-se que a situação se apresenta do seguinte modo:

Uma Procuradora-Adjunta, está colocada no Juízo Local Criminal de Bragança, cujo serviço seria já suficiente, dado o movimento processual e de julgamentos que apresenta de 171, para além do elevado número de recursos e respostas a recursos apresentados. No entanto, essa Procuradora-Adjunta, tem ainda a seu cargo, o despacho de todos os inquéritos de violência doméstica e sexuais, que ascendem em número de entrados de cerca de 100/120, e os Inquéritos Tutelares Educativos em número de 40.

Todo o restante serviço está distribuído pelos outros **dois Procuradores-Adjuntos colocados em Bragança e é constituído por:**

- cerca de 800 inquéritos para cada magistrado;
- 15 dias de turno semanal por mês, a todo o expediente entrado;
- representação do Ministério Público no Juízo Local Cível, com 2 juízes, o qual abrange toda a matéria cível, família e menores, execuções e comércio;
- representação do Ministério público nas CPCJ de Bragança e Vinhais, para além dos Conselhos Municipais de Segurança.

Por outro lado, a nosso ver, a situação de agregação dos Juízos de Competência Genérica de Miranda do Douro e Mogadouro, pelo menos para o Ministério Público, não se revela ajustada, já que vem apresentando um volume processual muito elevado para um lugar de ingresso. Para além disso, o facto de os magistrados terem de se deslocar a três municípios – Miranda do Douro, Mogadouro e Juízo de Proximidade de Vimioso, dificulta ainda mais a sua tarefa.

Assim, tal como se propôs no ano anterior e o Ministério da Justiça acolheu, a solução que melhor satisfaz as necessidades das populações relativamente aos serviços de justiça na Comarca de Bragança, é aquela que passa pela colocação do Juízo de Proximidade de Alfândega da Fé a pertencer ao Juízo de Competência Genérica de Mogadouro, em vez de pertencer a Macedo de Cavaleiros.

Dessa forma, retira-se algum trabalho a Macedo de Cavaleiros, que tem um volume processual de inquéritos bastante elevado, superior ao valor máximo de referência processual, e justifica a autonomização de Mogadouro relativamente a Miranda do Douro, que juntamente com Vimioso, vem



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

justificando movimento processual suficiente para o trabalho de um Procurador-Adjunto no início de carreira.

Na verdade, os números de entrada de inquéritos no ano de 2018, e já referidos supra, e que se indicam para esses três Juízos de Competência Genérica e dois Juízos de Proximidade, fundamentam esta nossa posição.

Assim temos que no ano de 2018 entraram:

- 725 inquéritos em Macedo de Cavaleiros;
- 453 inquéritos em Miranda do Douro/Vimioso;
- 263 inquéritos em Mogadouro;
- 161 inquéritos em Alfândega da Fé.

Ora, como se prevê que a partir da Páscoa de 2019, Alfândega da Fé passe a pertencer a Mogadouro, os inquéritos de Mogadouro com os de Alfândega da Fé juntos, atingem o número de 424, que representam já um número justificativo da autonomização de Mogadouro relativamente a Miranda do Douro, tanto mais que também o número de julgamentos e diligências igualmente aumentará em proporção.

Na verdade, os inquéritos de Miranda do Douro e Vimioso, em número de 453, justificam também, por si só, a colocação de um Procurador-Adjunto em início de carreira, tanto mais que tem de se deslocar a Vimioso para a realização de julgamentos e diligências de toda a ordem, da competência do Juiz Singular e não só no processo criminal.

A acrescer a isso, temos ainda o facto de serem juízos de primeira colocação, em que os magistrados estão no início da sua carreira, sem qualquer experiência, o que lhes exige um estudo e ponderação mais demorada no despacho dos processos.

Assim, só se conseguirão resultados minimamente satisfatórios, com a colocação de 1 Procurador-Adjunto em Mogadouro/Alfândega da Fé, e 1 Procurador-Adjunto em Miranda do Douro/Vimioso, não sendo aceitável a continuação da agregação dos Juízos de Competência Genérica de Miranda do Douro/Mogadouro.

IV) Proposta fundamentada de objectivos para o ano seguinte.

Área criminal, civil e de família e menores

Os objectivos para o ano judicial 2018 com o quadro de magistrados em exercício de funções existente no início do ano, se o mesmo não for entretanto alterado, não podem ser ambiciosos, porque



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

como já se deixou dito, o quadro de magistrados não está preenchido e mostra-se insuficiente para as necessidades existentes.

Face à manutenção de um número de magistrados igual ao ano anterior, em que se assistiu a um aumento das pendências, os objectivos que se irão propor terão de ser prudentes, esperando-se que as pendências não aumentem substancialmente.

Assim, o nosso primeiro objetivo, é não deixar aumentar as pendências dos processos de inquérito relativamente ao ano anterior, desde que não se verifique um aumento do número de processos entrados e caso não haja um grande número de dias em falta por parte dos magistrados.

Por outro lado, propomo-nos acabar todos os inquéritos entrados antes de 2017, desde que a sua investigação se encontre finda, e não se aguarde por cumprimento de exames de qualquer ordem ou cartas rogatórias para o estrangeiro, como tem sucedido até agora, em alguns processos.

É também nossa pretensão, que os processos de inquérito pendentes com mais de 8 meses, não ultrapassem os 30% do total de inquéritos pendentes em 31 de Dezembro de 2019.

Face ao número de magistrados colocados na Comarca, não será fácil diminuir o prazo de duração média dos inquéritos, já que tal desiderato exige uma efectiva direcção do inquérito por parte dos magistrados, com o seu consequente acompanhamento e atenção ao cumprimento dos prazos dos inquéritos que se encontram nos OPCs em investigação.

Por outro lado, e sempre que tal se mostrar necessário e conveniente continuaremos a emitir instruções que visem a uniformização e simplificação de procedimentos, de modo a alcançar-se uma melhor eficiência e uma maior eficácia processuais.

Pretendemos manter como objetivo, a utilização de formas processuais simplificadas e de mecanismos de consenso em percentagem não inferior 60%, relativamente ao número de processos indiciados que se venham a finalizar.

Pretendemos continuar a manter, como nosso objetivo, apresentar taxas de procedências elevadas relativamente aos julgamentos efectuados, excluindo os casos de extinção da responsabilidade criminal e encerramento do processo por outros motivos, como acontece com as desistências de queixa.

É também é nosso objetivo que os processos de Inquérito Tutelar Educativos sejam terminados no seu tempo previsto, pelo que esperamos e pretendemos que no final de Dezembro de 2019 não haja processos pendentes, dessa natureza, senão do ano de 2019.

Também nos processos instaurados ao abrigo do D.L. n.º 272/2001, pretendemos ter apenas como pendentes em 31-12-2019, processos deste ano, ou seja, instaurados durante o ano de 2019.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA COMARCA DE BRAGANÇA

Quanto aos processos administrativos, que na sua grande maioria são relacionados com menores, e de acompanhamento, é nosso objectivo reduzir o número de pendentes, se não continuarem a entrar pedidos de Interdição – Maior Acompanhado – como aconteceu no ano anterior, em que se verificou um aumento elevadíssimo relativamente ao ano anterior.

Área Laboral

É nosso objetivo propor todas as acções comuns e especiais de contrato de trabalho e emergentes de acidente, (não tem havido processos provenientes de doenças profissionais) que sejam apresentadas e requeridas ao Ministério Público pelos trabalhadores e suas famílias.

É nosso objetivo propor todas as acções, requerimentos e incidentes relacionados com:

- incidentes de revisão da incapacidade e de habilitação de herdeiros;
- requerimentos de junta médica;
- requerimentos de actualização de pensões em patrocínio dos trabalhadores;
- acções executivas para cobrança coerciva de créditos dos trabalhadores, pensões e prestações dos sinistrados e da caução nos acidentes de trabalho;
- todas as acções e execuções em representação do Estado que lhe forem presentes;
- proceder às entregas de capital das pensões obrigatoriamente remidas, cujo cálculo seja feito até 30-11-2019;
- realizar todas as tentativas de conciliação dos processos de acidente de trabalho cujos exames médicos entrem no tribunal até 30-11-2019;
- proceder ao atendimento diário dos trabalhadores e seus familiares.

*

Bragança, 15 de Fevereiro de 2019.

O Procurador da República Coordenador,

(José Joaquim Remísio Melhorado).